



POLÍCIA FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08211.000965/2021-61

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção do Sistema de Missão Aerotransportado - SMA (Câmera FLIR), pertencente a este Comando de Aviação Operacional - CAV da Polícia Federal CAV/DIREX/PF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade unitária	Valor Simbólico Unitário	Valor máximo de Referência	Custo máximo de aquisição R\$
1	1	SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES PROGRAMADAS (observar disposições do item 1.7 do TR)	HOMEM/HORA	348	R\$ 300,00	R\$ 104.400,00	104.400,00
	2	SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS (observar disposições do item 1.7 do TR)	HOMEM/HORA	100	R\$ 300,00	R\$ 30.000,00	30.000,00
	3	FORNECIMENTO DE MATERIAIS (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE) REPETIR O VALOR DE REFERÊNCIA R\$ 260.000,00 AO CADASTRAR A PROPOSTA. (Vide item 1.8 do TR)	UNIDADE	200.000	R\$ 1,00	R\$ 260.000,00	200.000,00 + maior taxa obtida dentre itens 4 e 5 ***

4	TAXA ADMINISTRATIVA SOBRE A RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO PARA PEÇAS (PRICELIST R\$ 200.000,00) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS NACIONAIS (REF. AO ITEM 3) (Vide item 1.9 do TR)	POR EVENTO	1	R\$ 25,00	25 **	25% **
5	TAXA ADMINISTRATIVA SOBRE A RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO PARA PEÇAS (PRICELIST R\$ 200.000,00) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS IMPORTADOS (REF. AO ITEM 3) (Vide item 1.10 do TR)	POR EVENTO	1	R\$ 30,00	30 **	30% **
6	DESCONTO SOBRE A RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO PARA PEÇAS (PRICELIST R\$ 200.000,00) MATERIAIS NACIONAIS (REF. ITEM 3) Obs.: somente ofereça lance no item 6 após esgotar todos os lances no item 4, ou seja, após zerar a taxa administrativa do item 4. (Vide item 1.11 do TR)	POR EVENTO	1	R\$ 100,00	100	100%
7	DESCONTO SOBRE A RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO PARA PEÇAS (PRICELIST R\$ 200.000,00) MATERIAIS IMPORTADOS (REF. ITEM 3) Obs.: somente ofereça lance no item 7 após esgotar todos os lances do item 5, ou seja, após zerar a taxa administrativa do item 5. (Vide item 1.11 do TR)	POR EVENTO	1	R\$ 100,00	100	100%
8	SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE).	UNIDADE	300.000	R\$ 1,00	R\$ 390.000,00	300.000,00 + maior taxa obtida dentre itens 7 e 8

	FAVOR REPETIR O VALOR DE REFERÊNCIA R\$ 390.000,00 AO CADASTRAR A PROPOSTA. (Vide item 1.12 do TR)					***
9	TAXA ADMINISTRATIVA SOBRE A RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO PARA SERVIÇOS (PRICELIST R\$ 300.000,00) PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO NACIONAIS (REF. AO ITEM 8) (Vide item 1.13 do TR)	POR EVENTO	1	R\$ 25,00	25 **	25% **
10	TAXA ADMINISTRATIVA SOBRE A RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO PARA SERVIÇOS (PRICELIST R\$ 300.000,00) PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO ESTRANGEIROS (REF. AO ITEM 8)	POR EVENTO	1	R\$ 30,00	30 **	30% **
11	DESCONTO SOBRE A RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO PARA SERVIÇOS (PRICELIST R\$ 300.000,00) PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO NACIONAIS (REF. ITEM 8) Obs.: somente ofereça lance no item 11 após esgotar todos os lances do item 9, ou seja, após zerar a taxa administrativa do item 9. (observar as disposições do item 1.15 do TR)	POR EVENTO	1	R\$ 100,00	100	100%
12	DESCONTO SOBRE A RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO PARA SERVIÇOS (PRICELIST R\$ 300.000,00) PARA SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS	POR EVENTO	1	R\$ 100,00	100	100%

	DE MANUTENÇÃO ESTRANGEIROS (REF. ITEM 8) Obs.: somente ofereça lance no item 12 após esgotar todos os lances do item 10, ou seja, após zerar a taxa administrativa do item 10. (observar as disposições do item 1.15 do TR)					
13	RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM (NÃO SERÁ OBJETO DE LANCE)	POR VIAGEM	50.846,00	R\$ 1,00	R\$ 50.846,00	R\$ 50.846,00 ****
14	TREINAMENTO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO BÁSICA (SERÁ OBJETO DE LANCE)	UNIDADE	30	R\$ 1.666,70	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
TOTAL (conforme taxas administrativas máximas de 25% e 30%)						R\$ 885.246,00

**** VALORES UTILIZADOS PARA EFEITO DE CADASTRO, LANCE E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA NO SITE DE COMPRAS. NÃO SOMAR ESSES VALORES AO TOTAL NO MOMENTO DO EMPENHO.**

***** FORAM ADICIONADOS A ESSES ITENS AS TAXAS ADMINISTRATIVAS DE MAIOR VALOR.**

****** ARRENDODADO PARA O VALOR INTEIRO DE R\$ 50.846,00, PARA FINS DE CADASTRO NO COMPRASNET.**

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada, sem dedicação de mão de obra exclusiva.
- 1.3. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Global.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;
- 1.6. **Informações relevantes da tabela 01 - Especificações do objeto:**
- 1.7. **ITENS 1 e 2:** O valor unitário HOMEM/HORA deve ser o mesmo para ambos os itens. Não será admitida a alteração no quantitativo de horas a serem contratadas.
- 1.8. **O ITEM 3 não será objeto de lance.** Para efeitos de cadastro da proposta no site de compras, favor repetir o valor de referência de R\$ 260.000,00.
- 1.8.1. O valor de referência supracitado corresponde à reserva da Administração para peças (*pricelist* Nacionais ou Importados) acrescida da maior taxa administrativa para fornecimento de materiais, exemplo: taxa máxima do item 5 (**R\$ 200.000,00 + 30% = 260.000,00**).

- 1.9. **ITEM 4:** O valor de referência de R\$ 25,00 reais representa a taxa Máxima de 25%. Exemplo: se a licitante cadastrar o lance de 12,5, será aplicado ao item 3 o percentual de 12,5% para fins contratuais, acrescendo ao mesmo o valor de R\$ 25.000,00.
- 1.10. **ITEM 5:** O valor de referência de R\$ 30,00 reais representa a taxa Máxima de 30%. Exemplo: se a licitante cadastrar o lance de 15, será aplicado ao item 3 o percentual de 15% para fins contratuais, acrescendo ao mesmo o valor de R\$ 30.000,00.
- 1.10.1. Em relação aos itens 4, e 5, no momento da homologação o pregoeiro registrará a taxa administrativa de maior valor, a título de reserva orçamentária. A menor taxa será levada em consideração quando da Execução do Contrato pelo Fiscal, porém, para fins orçamentários, ficará registrada no ato do pregão com valor simbólico de R\$ 0,01.
- 1.11. **ITEM 6 e 7:** Só deverão ser objeto de lances caso a licitante queira ofertar descontos sobre a reserva da Administração para peças (PRICELIST R\$ 200.000,00) para fornecimento de materiais nacionais ou importados.
- 1.11.1. Nesse caso, o licitante estará abrindo mão de quaisquer TAXAS ADMINISTRATIVAS (itens 4 e/ou 5, devendo esgotar os lances nesses itens até zero).
- 1.11.2. Os lances ofertados nos itens 6 e/ou 7 passarão a ser tratados como descontos percentuais, proporcionais à diferença do lance em relação ao valor fixado pela administração. (Vide exemplos nos subitens 1.19.1 a 1.19.4).
- 1.12. **O ITEM 8 não será objeto de lance.** Para efeitos de cadastro da proposta no site de compras, favor repetir o valor de referência de R\$ 390.000,00.
- 1.12.1. O valor de referência supracitado corresponde à reserva da Administração serviços (*pricelist* Nacionais ou Estrangeiros) acrescida da maior taxa administrativa para serviços eventuais subcontratados de manutenção, exemplo: taxa máxima do item 10 ($R\$ 300.000,00 + 30\% = 390.000,00$).
- 1.13. **ITEM 9:** O valor de referência de R\$ 25,00 reais representa a taxa Máxima de 25%. Exemplo: se a licitante cadastrar o lance de 12,5, será aplicado ao item 8 o percentual de 12,5% para fins contratuais, acrescendo ao mesmo o valor de R\$ 37.500,00.
- 1.14. **ITEM 10:** O valor de referência de R\$ 30,00 reais representa a taxa Máxima de 30%. Exemplo: se a licitante cadastrar o lance de 15, será aplicado ao item 8 o percentual de 15% para fins contratuais, acrescendo ao mesmo o valor de R\$ 45.000,00.
- 1.14.1. Em relação aos itens 9 e 10, no momento da homologação, o pregoeiro registrará a taxa administrativa de maior valor, a título de reserva orçamentária. A menor taxa será levada em consideração quando da Execução do Contrato pelo Fiscal, porém, para fins orçamentários, ficará registrada no ato do pregão com valor simbólico de R\$ 0,01.
- 1.15. **ITENS 11 e 12:** Só deverão ser objeto de lances caso a licitante queira ofertar descontos sobre a reserva da Administração para serviços (PRICELIST R\$ 300.000,00) para serviços eventuais subcontratados de manutenção Nacionais ou Estrangeiros.
- 1.15.1. Nesse caso o licitante estará abrindo mão de quaisquer TAXAS ADMINISTRATIVAS (itens 9 e/ou 10, devendo esgotar os lances nesses itens até zero).
- 1.15.2. Os lances ofertados nos itens 11 e/ou 12 passarão a ser tratados como descontos percentuais, proporcionais à diferença do lance em relação ao valor fixado pela administração. (Vide exemplos nos subitens 1.19.1 a 1.19.4).
- 1.16. **ITEM 13: Não será objeto de lance.**
- 1.16.1. O item 13 foi o valor reservado pela administração para custeio de Despesas com Mecânico em Viagem, conforme item 8.2.4.4 deste Termo de Referência.

1.16.2. Para o item 13 não será admitida proposta com valor diferente de R\$ 50.846,00 (cinquenta mil oitocentos e quarenta e seis reais), pelos motivos constantes deste Termo de Referência.

1.17. **O ITEM 14 será objeto de lance.**

1.18. **Para fins de Empenho e Reserva Orçamentária, aos itens 3 e 8 serão acrescidas apenas os valores das MAIORES TAXAS ADMINISTRATIVAS, já que o menor valor naquela se encontra inserido.**

1.19. O licitante que abrir mão das taxas administrativas ofertando lances nos itens 6, 7, 11 e 12 deverá atentar-se para a exequibilidade da proposta nos termos do inciso II do artigo 48 da Lei 8.666/93. No caso das taxas administrativas terem sido zeradas, os itens 3 e 8 serão fechados com os descontos ofertados, devendo ser registrado em proposta o percentual de desconto em relação ao valor cotado pela administração. A Administração poderá efetuar diligências para comprovar a exequibilidade.

1.19.1. Caso o licitante decida ofertar descontos nos itens 6, 7, 11 e/ou 12, deverá, primeiramente, esgotar a possibilidade de lances nos itens 4, 5, 9 e/ou 10, respectivamente, zerando a taxa administrativa no sistema do site de compras.

1.19.2. O licitante somente oferecerá lances nos itens 6, 7, 11 e/ou 12, quando as taxas administrativas, respectivamente, dos itens 4, 5, 9 e/ou 10 estiverem zeradas no sistema do site de compras. Exemplo: O licitante esgotou os lances no item 4, zerando a taxa administrativa. Nesse caso, poderá ofertar descontos no item 6, atentando-se para a exequibilidade.

1.19.3. **Exemplo: a)** No item 4, o licitante esgotou os lances, taxa administrativa zero, e ofereceu lance no item 6 de R\$92,10 = 7,9% de desconto no pricelist. **Exemplo: b)** o licitante ofertou taxa administrativa de 12% no item 5, nesse caso o item 7 não deve receber lances.

1.19.4. O cálculo do percentual de desconto será **Valor de referência - Valor do lance**, ou seja, $100,00 - 92,10 = 7,90$, convertido em percentual, no caso, 7,9%.

1.20. O vencedor selecionado será aquele que apresentar o MENOR VALOR GLOBAL do somatório dos itens, dentre aqueles passíveis de lance, conforme descrito nos parágrafos anteriores.

1.21. O SMA pertencente à CAV possui os seguintes equipamentos:

#	DESCRIÇÃO	QT.
1	Sistema de Câmeras Infravermelha Star SAFIRE 380-HD, com as seguintes capacidades: <ul style="list-style-type: none">• ESQUILOS: PN 32900004-647 SN401374 e KINGAIR PN 320485-310 SN PDR300221• Sensor primário - Imageador HD de Onda Média (MWIR)• Sensor colorido HD de Longo Alcance (HDEO)• Sensor colorido HD para Baixa Iluminação/NIR (HD Color Low Light Camera - HDLL)• Unidade LASER INTERLOCK (Telêmetro Laser (Laser Rangerfinder); Apontador Laser (Laser Pointer) e Iluminador Laser (Laser Illuminator)	2

	<ul style="list-style-type: none"> • Autotracker • IMU e GPS Incorporados; • Recursos de processamento de imagem 	
2	Unidade torre giro-estabilizada (TFU)	2
3	Unidade de controle manual denominada "HAND CONTROL UNIT"	2
4	Unidade Digital de Sistema de Mapas modelo UC5100	2
5	Joystick e Teclado AK-4 para Comando da Unidade Processadora	2
6	Unidade processadora View Sync 3D	2
7	Conversor de Vídeo VGA-SDI modelo FDVGA-SDI	2
8	Gravador de Áudio e Vídeo Laserdyne Memoreyes	2
9	Antena de GPS da Antcom Corp	2
10	Transmissor modelo M2TE, de 4,4 a 5GHz	2
11	Caixa acondicionadora M2ECHPT	2
12	Amplificador de potência VEPA-2W-HF	2
13	Controle Remoto Transmissor RCU-2000	2
14	Antena Omni modelo AOC6AOCN360XG	2
15	Rádio Multibanda de Rede HARRIS RF-7800-MP com TVP, KDU e HPPS	2
16	Caixa de Áudio AMS43 TSO com adaptador intercom PN AA36-100	2
17	Monitor de Vídeo Aeronáutico modelo AD-10 da Aerocomputers	2
18	Monitor de Vídeo Aeronáutico Modelo AD-15 da Aerocomputers	3
19	Console de Comando e Controle: <ul style="list-style-type: none"> • Caixa de áudio de modelo idêntico ao já existente na aeronave; • Chave Liga-Desliga "28VDC", para acionamento do sistema FLIR; • Chave "COM-INTERCOM" para comunicação; • Chave Liga-Desliga denominada "TRANSM" para acionamento do sistema de transmissão; • Lâmpada anunciadora relativa ao funcionamento do sistema; 	2

	<ul style="list-style-type: none"> • Conectores de alimentação e interligação das unidades eletroeletrônicas instaladas no Console; • Console PN AM AS 350-01 • Chave "PTT" de pé, de Áudio • Vídeo Splitter para distribuição dos sinais gerados pelo UC-5100 para o gravador, monitor e para o transmissor; • Suporte Auxiliar de Conectores e Disjuntores; • Modificação estrutural e elétrica em helicóptero e avião para instalação das provisões necessárias do SMA. 	
20	receptores COBHAM PRORXB S/N 205718 e 203471	2
21	decodificadores COBHAM S/N 40332360 e 42844506	2
22	Rádio Multibanda tipo MainPack Harris RF-7800-MP041	2
23	Tactical Video Processor S/N A00381 P/N 12085-6400-01	2
24	Antena de recepção de micro ondas SM43332843 com tripé Vector para fixação da antena, com cabos baterias e acessórios	1
25	Unidades de rádio multibanda de rede tipo handheld marca Harris Falcom III RF7800	6
26	equipamentos receptores portáteis robustecidos tipo rover marca Harris	3

2. JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. A CONTRATADA deverá prestar o serviço de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva (reparo), treinamento, bem como assegurar o fornecimento de todos os materiais necessários à execução desses serviços, com aplicação de peças de reposição e suprimentos diversos, bem como fornecer as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

6.2. Empresa contratada deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental, mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital, a adotar as seguintes medidas:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que

será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

6.3. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pelo Contratante ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

7. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas, devendo o agendamento ser efetuado e confirmado previamente pelo telefone (61) 2024-9540, no seguinte endereço:

Comando de A viação da Polícia Federal – CAV/DIREX/PF
Aeroporto Internacional de Brasília – Setor de Hangares da Aviação Geral –
Lotes 13/14 – Hangar da Polícia Federal
CEP 71.608-900 – Brasília-DF
Fones: (61) 2024-9540

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Toda e qualquer intervenção de manutenção decorrente da execução do contrato, somente ocorrerá seguindo os trâmites administrativos discriminados neste Termo de Referência.

8.1.1.1. A CONTRATANTE poderá acompanhar, diretamente ou por intermédio de técnico formalmente designado, qualquer intervenção decorrente da execução do contrato de manutenção do equipamento.

8.1.1.2. A CONTRATADA deverá zelar pela integridade da aeronave ou equipamento durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que a mesma sofrer.

8.1.2. **SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES PROGRAMADAS**

8.1.2.1. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS são os serviços relacionados no PLANO DE MANUTENÇÃO do EQUIPAMENTO com base no manual STAR SAFIRE 380 HD e Instruções para Aeronavegabilidade Continuada. É a manutenção realizada em intervalos definidos segundo recomendações do FABRICANTE, através de inspeção sistemática, detecção e substituição, atualização ou reparo de COMPONENTES, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas pelo MANUAL DE MANUTENÇÃO;

8.1.2.2. Para os fins deste Termo de Referência, denomina-se APOIO TÉCNICO os serviços a serem realizados por (01) um técnico e 01 (um) inspetor de manutenção da CONTRATADA, seja na sua sede ou fora dela, podendo ser necessária a presença de outro técnico da CONTRATADA, pela natureza do serviço ou devido à limitação de jornada de trabalho. Em sendo necessário e desde que autorizado pela CONTRATANTE, A CONTRATADA enviará o outro técnico na forma do SERVIÇO EVENTUAL DE MANUTENÇÃO, sendo remunerado pelo valor de homem-hora.

8.1.2.3. A referidas manutenções deverão obedecer ao seguinte roteiro e formas de execução:

a) No caso das manutenções programadas e as de rotina conforme MANUAL, os serviços deverão ser realizados preferencialmente na sede operacional da CONTRATANTE (Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Hangares – Hangar 13/14, Lago Sul, Brasília-DF, CEP 71.608-030) ou local por este indicado, ou onde se encontrar a aeronave que possui o sistema instalado, salvo quando houver justificada necessidade de remoção para local diverso, e nestes caso os serviços serão na forma de HOMEM/HORA (SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES PROGRAMADAS) e, caso o local do serviço seja diverso do CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA contará com RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM;

b) Caso o equipamento a ser mantido não possa ser desinstalado da aeronave, A CONTRATANTE efetuará o deslocamento da AERONAVE até um CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, cujo endereço deverá ser informado na proposta comercial, sempre que houver discrepâncias que não comprometam a AERONAVEGABILIDADE;

c) Dentro das manutenções programadas, desde que de comum acordo, estas poderão ser realizadas em Centro de Serviços da CONTRATADA, caso em que todos os custos referentes ao envio dos equipamentos ficarão às expensas da CONTRATANTE podendo o serviços logísticos serem remunerados na forma SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO. Em qualquer caso, o acionamento da CONTRATADA para realização de qualquer serviço deverá ser previamente ajustada com o Fiscal do Contrato;

d) Cada serviço executado será acompanhado de um sucinto Relatório de Serviço, discriminando: estado do material no recebimento, pane relatada, pane encontrada, causas prováveis e medidas preventivas e corretivas necessárias, serviços executados e material empregado.

e) A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação, via telefonia celular, 24 horas diárias, inclusive nos finais de semana e feriados para atendimento de emergência, mantendo ainda os cadastros de acionamento emergencial atualizados junto a Contratante.

8.1.2.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar os COMPONENTES, CONSUMÍVEIS e DESCARTÁVEIS necessários para execução dos serviços de MANUTENÇÃO PROGRAMADA, ficando por conta da CONTRATANTE disponibilizar toda a DOCUMENTAÇÃO da AERONAVE e a DOCUMENTAÇÃO relativa aos COMPONENTES das partes da AERONAVE que se pretende inspecionar.

8.1.2.5. A CONTRATADA deverá ser capaz de executar os serviços da manutenção do equipamento previstos no Manual de Manutenção incluindo revisões gerais de equipamentos, exceto aquelas que só possam ser realizados pela própria fabricante e outros serviços pertinentes constantes nesse Termo de referência, como no caso de subcontratação do TREINAMENTO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO BÁSICA;

8.1.2.6. A assistência técnica e a manutenção PREVENTIVA serão serviços fornecidos periodicamente mediante agendamento estabelecido em comum acordo entre a contratada e o operador.

8.1.2.7. A realização de manutenção preventiva seguirá o programa de manutenção e recomendações dos fabricantes de cada um dos equipamentos instalados e compreende a adoção de medidas e cuidados técnicos necessários à prevenção de panes, falhas ou não conformidades técnicas e à otimização do funcionamento e do desempenho dos equipamentos.

8.1.2.8. A manutenção preventiva também englobará a realização de upgrade de firmware e software de todo o Sistema abrangido pelo contrato, incluindo os mapas móveis, sempre que disponibilizadas novas versões pelos respectivos fabricantes.

8.1.3. **SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS**

8.1.3.1. Serviços Eventuais de Manutenção e Manutenção não Programadas são os serviços que não estão inclusos no escopo dos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO e poderão ser contratados POR UNIDADE e remunerado na forma de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS. Os Serviços Eventuais de Manutenção compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

- a) serviços de manutenção de serviços não cobertos pelo apoio técnico, que necessitam de inspeção detalhada do componente em bancada e/ou teste em banco de provas;
- b) cumprimento de diretivas técnicas;
- c) serviços de envio e coleta de componentes: são os serviços de frete para o envio e a coleta de componentes que necessitem passar por serviços eventuais de manutenção;
- d) serviços de manutenção de aviônicos: São os serviços de eletrônica que não puderem ser realizados pelo mecânico responsável pela MANUTENÇÃO DE CAMPO.
- e) de ACIDENTE ou INCIDENTE AERONÁUTICO, ou dano por objeto estranho (FOD) não causado pela CONTRATADA;
- f) do mau uso do EQUIPAMENTO e suas partes e componentes, exceto quando praticado pela CONTRATADA;
- g) da operação do EQUIPAMENTO fora das suas especificações operacionais estabelecidas pelo FABRICANTE e validadas pela AUTORIDADE AERONÁUTICA;
- h) de serviços de manutenção efetuados por terceiros ou peças instaladas por terceiros, sem anuência expressa da CONTRATADA;
- i) de catástrofes naturais;
- j) do manuseio inadequado de peças de manutenção por terceiros não autorizados pela CONTRATADA;

- k) envio de peças, acessórios e equipamentos necessários a SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO a serem realizados no exterior;
- l) mão-de-obra para os serviços que estiverem fora do escopo do APOIO OPERACIONAL a serem realizados no exterior;
- m) substituição do item em falha, por um idêntico ou superior, sempre que a execução do reparo não for possível ou economicamente vantajosa para o contratante, com a cobrança das horas de serviço dispendidas na substituição do item ou itens substituídos;
- n) Envio do equipamento em falha para reparo em centro de serviço autorizado pelo fabricante. Neste caso, a proponente será responsável pela remoção e remessa do equipamento ao fabricante, sendo cobrados os custos dos serviços mais os custos pagos para o reparo, remessa e eventuais despesas alfandegárias acrescidos de taxa de administração.
- o) O prazo para retorno do conserto dar-se-á por um período de até 60 (sessenta) dias corridos.
- p) Caso seja solicitado pela Contratante atendimento para manutenção corretiva, os custos de viagem, hospedagem, transporte e alimentação em datas e locais diverso das visitas ordinárias para manutenção preventivas, estas serão cobertas pela CONTRATANTE.

8.1.4. As MANUTENÇÕES NÃO-PROGRAMADAS são manutenções sem intervalos definidos e são realizadas para a correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito no EQUIPAMENTO, em um de seus sistemas ou componentes, de acordo com as publicações técnicas ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE. Limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção (“COM”). A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

8.1.5. A CONTRATANTE deverá ser responsável por informar a CONTRATADA sobre a necessidade de execução de um serviço de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA.

8.1.6. A referidas manutenções deverão obedecer ao seguinte roteiro e formas de execução:

- a) Para as manutenções eventuais e não programadas, os serviços deverão ser realizados preferencialmente no CENTRO DE SERVIÇOS da empresa ou local por este indicado, salvo quando houver impossibilidade de remoção do equipamento ou aeronave no qual esteja instalado -, casos em que o serviço será prestado aonde o equipamento se encontrar, que serão remunerados na forma de HOMEM/HORA (SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS) e RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM caso o local do serviço seja diverso do CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA;
- b) O SMA ou equipamento a ser mantido poderá também ser enviado acoplado ao Helicóptero ou ao Avião KingAir, casos em que a CONTRATANTE deverá ser responsável pela realização do traslado das AERONAVES do ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE até o CENTRO DE SERVIÇOS, bem como por seu retorno para o ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE ou para outra localidade logo após a execução dos serviços.
- c) A CONTRATANTE efetuará o deslocamento da AERONAVE até um CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, cujo endereço deverá ser informado na proposta comercial, sempre que houver discrepâncias que não comprometam a AERONAVEGABILIDADE, e:
 - c.1 Tiverem que ser realizadas num CENTRO DE SERVIÇOS;
 - c.2 Requeiram ferramentas especiais ou serviços técnicos de alta especialização.

8.1.6.1. Caso as discrepâncias encontradas no EQUIPAMENTO torne a aeronave não AERONAVEGÁVEL e não possam ser solucionadas pelo APOIO TÉCNICO, a CONTRATADA deverá assessorar a CAV para obter junto à ANAC as autorizações de traslado necessárias, bem como trazer a AERONAVE à condição mínima de segurança que permita o traslado de forma segura.

8.1.6.2. Caso as discrepâncias encontradas no EQUIPAMENTO torne a aeronave não AERONAVEGÁVEL e os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO para solucioná-las não estejam incluídos nos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO, a CONTRATADA poderá prestar os serviços diretamente por meio de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO-PROGRAMADAS, observado o disposto nos itens pertinentes deste Termo de Referência.

8.1.6.3. Quando for necessário e/ou por motivo de regulamentação aeronáutica, a CONTRATADA deverá fornecer para a CONTRATANTE:

- a) Um Inspetor de manutenção e/ou Engenheiro Aeronáutico ou engenheiro mecânico com habilitação no CREA para o acompanhamento das inspeções/revisões;
- b) Um técnico habilitado em aviônicos, para solucionar problemas dos aviônicos pertinentes à AERONAVE.

8.1.6.4. Havendo necessidade técnica de promover o deslocamento de qualquer equipamento que compõe o sistema para a sede do fabricante no Brasil ou exterior, será da CONTRATADA a obrigação de providenciar a coleta, transporte e devolução no mesmo local, providenciar todos os trâmites burocráticos necessários, exceto aqueles que dependam exclusivamente da contratada, repassando à contratante todos os respectivos custos acrescidos de taxa de administração na forma de FORNECIMENTO DE MATERIAIS e SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO acrescidos das respectivas Taxas de Administração.

8.1.6.5. O acondicionamento e embalagem para o transporte do material a ser reparado bem como o acondicionamento e embalagem para retorno às instalações da Contratante, e a execução do transporte bem como a cobertura de seguro do material também deverão ser providenciados pela proponente, com o posterior repasse à contratante dos respectivos custos acrescidos de taxa de administração.

8.1.6.6. Caso algum componente seja danificado durante o transporte, a Contratada restituirá à Contratante, em manutenção por Troca Direta, outro componente com as mesmas características técnicas (mesmo MPN e com todas as modificações aplicáveis ao componente, ou seja, na última versão) e com potencial residual igual ou superior, em prazo de reparação igual ou inferior ao previsto para manutenção do componente danificado, contado a partir do dia da retirada da sede da Contratante.

8.1.7. **SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO**

8.1.7.1. SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO, a serem subcontratados quando a CONTRATADA não possa executar o serviço por lhe faltar específica certificação ou homologação da ANAC ou outro Órgão Oficial de Regulamentação nacional ou estrangeiro, para manutenção de determinado componente aeronáutico do Equipamento, ou quando pela necessidade o equipamento só puder ser inspecionada pela fabricante.

8.1.7.2. Todos os custos logísticos de recebimento e envio de qualquer equipamento do SMA que a CONTRATADA terá de suportar para realizar a manutenção serão repassados a CONTRATANTE e constarão das faturas, que também deverá trazer anexo os comprovantes das referidas despesas.

8.1.7.3. Estes serviços serão pagos por demanda devendo ser considerados no dimensionamento da proposta a apresentação de uma TAXA ADMINISTRATIVA para prestação de serviços nacionais e uma TAXA ADMINISTRATIVA para prestação de serviços internacionais.

8.1.7.4. No momento da apresentação da proposta para o item 8 (oito) a CONTRATADA deverá considerar o valor previsto para os Serviços Subcontratados de Componentes Nacionais acrescido da respectiva TAXA ADMINISTRATIVA e o valor previsto para Serviços Subcontratados de

Componentes Importados acrescido da respectiva TAXA ADMINISTRATIVA.

8.1.7.5. Os custos referentes, ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros e seguro de materiais aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE e constarão da fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas e eventuais impostos sobre essas despesas.

8.1.7.6. Tendo em vista o caráter eventual dos serviços não programados, sua execução deverá ser precedida de expressa autorização da CONTRATANTE, após análise do SMAN/CAV/DIREX/PF, emitida em orçamentos próprios, conforme modelo do Anexo III deste Termo de Referência.

8.1.7.7. Todos os orçamentos de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO SUBCONTRATADOS deverão expor em campo apropriado as quantidades de HOMEM/HORA utilizados na execução manutentiva.

8.1.7.8. A apresentação de orçamento de SERVIÇO EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO SUBCONTRATADOS, sem as devidas quantidades H/H expressas no documento, não será aceita.

8.1.7.9. Casos excepcionais devidamente comprovados poderão ser aceitos.

8.1.7.10. A CONTRATADA, poderá subcontratar os SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, apresentando, no mínimo três orçamentos que deverão ser submetidos à CAV para análise, nos termos previstos neste Termo de Referência;

8.1.7.11. No caso de subcontratação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO descritos neste Termo de Referência, a serem cobrados POR EVENTO, os licitantes poderão adicionar TAXA ADMINISTRATIVA de serviços conforme apresentado na proposta.

8.1.7.12. As TAXAS ADMINISTRATIVAS a que se refere o item anterior deverão ser apresentadas separadamente, um para subcontratações nacionais e outro para subcontratações internacionais.

8.1.7.13. Nenhum serviço contratado POR EVENTO deverá ser prestado pela CONTRATADA antes da aprovação por escrito pela CONTRATANTE do respectivo orçamento.

8.1.7.14. A CONTRATADA, poderá prestar diretamente ou subcontratar os SERVIÇOS DE ASSESSORIA E DOCUMENTAÇÃO (tais como o serviço de despachante aeronáutico etc.) – que visem demonstrar a condição de pleno atendimento dos requisitos legais da aeronave e/ou equipamento quando envolver questões de manutenção e for necessário para manter a plena capacidade de aeronavegabilidade da aeronave juntos aos órgãos reguladores da aviação, tais como ANAC e CTA e outros pertinentes como ANATEL, devendo em todos os casos de subcontratação apresentar no mínimo três orçamentos para análise ou justificativa para a não apresentação sendo submetidos à CAV, nos termos previstos neste Termo de Referência;

8.1.7.15. Nos casos de subcontratações eventuais em que apenas uma Empresa detenha a exclusividade na prestação do serviço, será necessário apresentação de declaração de exclusividade dos serviços prestados.

8.1.8. **FORNECIMENTO DE MATERIAIS**

8.1.8.1. Os materiais fornecidos pela CONTRATADA deverão ser entregues no Comando de Aviação da Polícia Federal, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral – Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF ou em qualquer outra unidade da CONTRATANTE mais próxima do lugar em que a AERONAVE estiver, desde que no território nacional, compreendendo qualquer material, peças, acessórios e equipamentos, os quais esteja contratualmente obrigada a fornecer e sejam necessários à manutenção do SMA.

- 8.1.8.2. Para os casos de envio de peças ao exterior para manutenção, as despesas relativas ao envio serão cobradas da CONTRATANTE, na forma deste Termo de Referência.
- 8.1.8.3. Todos os componentes aeronáuticos, (inclusive óleos lubrificantes, hidráulicos, gases - oxigênio e nitrogênio) fornecidos pela CONTRATADA e necessários à disponibilização, na condição de aeronavegável, da aeronave deverão ser originais ou recomendados pelo FABRICANTE.
- 8.1.8.4. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).
- 8.1.8.5. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem dos componentes aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA.
- 8.1.8.6. A CONTRATADA é responsável pelo material que compõe as embalagens dos materiais aeronáuticos por ela fornecidos, devendo notificar a CONTRATANTE sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte.
- 8.1.8.7. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela CONTRATANTE ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

8.2. **TREINAMENTO**

- 8.2.1. Fará parte da presente contratação, o fornecimento de treinamento operacional (operação) e treinamento de instalação e remoção do sistema (manutenção) para um grupo de até 30 (trinta) usuários do sistema, podendo ser dividido em 02(duas) turmas de 15 (quinze) servidores para melhor aproveitamento didático e de acordo com a disponibilidade dos usuários.
- 8.2.2. Estes treinamentos compreendem aulas teóricas e práticas nas aeronaves PR-HFA e/ou PR-HZH e/ou PR-LEE (asa rotativa) e PR-BSI (asa fixa), as quais deverão estar disponibilizadas para o treinamento prático, cujo período deverá ser ajustado entre as partes quanto da efetivação do treinamento.

8.2.3. **CONDIÇÕES GERAIS**

- 8.2.3.1. Os serviços prestados incluirão a possibilidade de fornecimento de todos os materiais, tais como peças de reposição e suprimentos, necessários ao correto funcionamento do SMA, incluindo, mas não se limitando, aos cabos, conectores, interfaces e placas que compõem o Sistema e estão definidos nos manuais técnicos fornecidos pelos fabricantes.
- 8.2.3.2. A relação das peças de reposição e/ou suprimentos a serem utilizadas nos serviços de manutenção deverão ser informados à Contratante, com a justificativa dos motivos pelos quais a substituição é necessária, a qual aprovará ou não o início dos serviços.
- 8.2.3.3. Previamente à substituição de quaisquer peças de reposição e/ou suprimento, a Contratada submeterá à apreciação da contratante um orçamento detalhado do custo total das peças e suprimentos a serem fornecidos, acrescidos da respectiva taxa de administração. O fornecimento somente será realizado após expressa **aprovação da contratante**.
- 8.2.3.4. Todas as peças de reposição, nacionais ou importadas, aplicadas nos serviços de manutenção passarão a ser de propriedade da Contratante.
- 8.2.3.5. Todas as peças de reposição e/ou suprimentos empregados na manutenção dos produtos objeto desta proposta, aplicados pela Contratada, serão novos, em conformidade com as recomendações feitas pelo fabricante do produto, em perfeito estado, sem danos decorrentes de estocagem, manuseio e/ou

embalagem.

8.2.3.6. A Contratante poderá autorizar, eventualmente, a aplicação de peças revisadas ou reparadas, caso seja de seu interesse, desde que em conformidade com as recomendações do fabricante do produto, em perfeito estado, sem danos decorrentes de estocagem, manuseio e/ou embalagem, acompanhado do Certificado de Conformidade e sob garantia técnica da Contratada.

8.2.3.7. Caso algum equipamento seja danificado e se verifique a necessidade de substituição, a Contratante poderá autorizar a substituição por modelo mais moderno caso haja obsolescência do modelo composto no sistema, ou até mesmo por uma decisão de melhor custo benefício para Administração.

8.2.3.8. Caso não seja possível realizar o reparo de qualquer equipamento ou componente diretamente pela Contratada, esta poderá enviar o respectivo componente ou equipamento para reparo em um centro de serviço autorizado pelo fabricante no Brasil ou no exterior.

8.2.3.9. Para realização das manutenções, a proponente enviará um ou mais técnicos à sede do operador da aeronave conforme requerido no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, a contar do chamado. Se a aeronave estiver em local diverso da sede, em local de difícil acesso, a proponente enviará um ou mais técnicos no prazo máximo de até 10(dez) dias úteis, a contar do chamado.

8.2.3.10. Será considerada a data do término dos serviços aquela da colocação do material à disposição do representante da Contratante para a inspeção dos serviços realizados.

8.2.3.11. As prorrogações de quaisquer prazos estabelecidos deverão ser solicitadas por escrito pela Contratada à Contratante.

8.2.4. **RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM MECÂNICO EM VIAGEM**

8.2.4.1. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos ordinários e extraordinários dos técnicos e/ou inspetores da CONTRATADA sempre que estiverem executando os serviços descritos no APOIO TÉCNICO em Brasília ou fora do Centro de Serviços da Contratada.

8.2.4.2. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, por mecânico/técnico do APOIO TÉCNICO, o valor referente à mão-de-obra será na forma de HOMEM/HORA, devendo a CONTRATANTE ressarcir à CONTRATADA os valores referentes ao transporte e hospedagem do mecânico na forma estabelecida neste Termo de Referência.

8.2.4.3. O ressarcimento de mecânico em viagem será pago de acordo com a demanda da manutenção. O montante disponibilizado no Item 13 foi estabelecido levando-se em consideração as despesas de 2 (dois) mecânicos de manutenção (especialista da área e inspetor de manutenção) a cada dois meses, contanto também três dias entre deslocamento e serviço, totalizando 18 (dezoito) dias e 2 (dois) bilhetes de ida e volta por mês. Foram considerados, apenas para fins de estimativa e inclusão orçamentária, a diária de R\$ 177,00 (cento e setenta e sete reais) para hospedagem e o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) para os bilhetes de ida e volta, chegando a um valor inicial de R\$ 42.372,00.

8.2.4.4. No entanto, a fim de contemplar despesas decorrentes de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS, foi acrescentado 20% (vinte por cento) ao valor inicial, estimando-se, assim, o valor total de de R\$ 50.846,40 (cinquenta mil oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) anual, que foi arrendado para o valor inteiro de R\$ 50.846,00 (cinquenta e um mil reais), para fins de cadastro no comprasnet.

8.3. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do termo contratual, na forma discriminada no presente tópico.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.2. Todos os materiais, equipamentos, equipamentos de apoio de solo, acessórios e peças, nacionais ou estrangeiros, que forem utilizados no escopo dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão ser originais ou recomendados pelo FABRICANTE, ficando a CONTRATADA responsável pela procedência, qualidade, rastreabilidade e garantia do seu fornecimento.

9.3. O SMAN/CAV possui equipamentos de apoio ao solo (E.A.S), como por exemplo: escadas de manutenção e fontes de força auxiliares de partida (GPU, APU, etc). A CONTRATADA está autorizada a utilizar esses E.A.S. sem prejuízo de a qualquer momento ser obrigada a disponibilizar qualquer equipamento que venha a ser utilizado nas práticas manutentivas do SMA.

9.4. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

9.5. Os materiais aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser entregues no Comando de Aviação da Polícia Federal, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral – Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF, salvo em caso de AOG em que serão entregues em unidade da Polícia Federal mais próxima da localidade em que este evento ocorra ou no aeródromo em que ocorra o fato. Para tanto, haverá acerto prévio entre Contratada e Contratante.

9.6. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.

9.7. Para os fins deste Termo de Referência, os preços dos materiais a serem adquiridos da CONTRATADA, diretamente ou por subcontratação, necessários a qualquer serviço de manutenção na AERONAVE, deverão estar de acordo com o “*price list*” do FABRICANTE, o que deverá ser comprovado pela Contratada.

9.8. Qualquer alteração superveniente na lista de preços (*price list*) do FABRICANTE, que venha a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não produzir efeito em relação às solicitações posteriores.

9.9. O SMAN/CAV não aceitará orçamentos em que forem verificados, mediante pesquisa de preços, valores incompatíveis com o praticado pelo mercado.

9.10. Para os casos de envio de peças ao exterior, as despesas relativas ao envio serão cobradas da CONTRATANTE, na forma citada neste Termo de Referência.

9.11. As notas fiscais, referentes a materiais adquiridos da CONTRATADA pela CONTRATANTE, deverão vir acompanhadas de cópia do “*price list*” e de cópia do orçamento aprovado pelo CAV, e nelas (notas fiscais) deverão constar o número do orçamento aprovado, número do contrato e o prefixo da aeronave.

9.12. A CONTRATADA é responsável pelo material que compõe as embalagens dos materiais aeronáuticos por ela fornecidos, devendo notificar a CONTRATANTE sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte.

9.13. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela CONTRATANTE ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Para que a contratação produza os resultados pretendidos por este órgão se faz necessário que a CONTRATADA cumpra com o acordo a ser detalhado no presente Termo de Referência, prestando um serviço de qualidade e de acordo com as normas dos fabricantes dos equipamentos que compõem o SMA.

10.1.1. Devido a utilização do SMA (desde sua entrega definitiva em 2015) por um longo período sem manutenção especializada, alguns equipamentos já não funcionam adequadamente ou não funcionam, a título de exemplo a câmera que compõe o SMA instalado nos helicópteros apresentou pane e esta indisponível. Diante disto, a CONTRATADA esta ciente que levou em consideração este e demais fatos para estimar o custo do certame.

10.1.2. Para verificação das necessidades do Órgão, foi levado em consideração a PLANO DE MANUTENÇÃO do EQUIPAMENTO com base no manual STAR SAFIRE 380 HD e Instruções para Aeronavegabilidade Continuada com suas manutenções de rotina (preventivas) dentro de um período de 12 (dozes) meses, assim definidos:

	TABELA DE MANUTENÇÕES (12 meses)	Hora	Homem	Rotina King	Rotina Esquilo	TOTAL H/H
1	Inspeção do Dessecante	2	2	12	12	96
2	Substituição do Cartucho Dessecante	1	2	6	6	24
3	Purga do Nitrogênio	2	2	12	12	96
4	Inspeção Visual do Sistema	3	2	2	2	24
5	Inspeção Visual de 500 horas	3	2	2	2	24
6	Testes de Infiltração de corante ou correntes parasitas a cada 3.000	3	2	1	1	12
7	Limpeza do Sistema	3	2	6	6	72

10.2. Para realização dos serviços foi considerado, no mínimo, 01 (um) Técnico e 01 (um) Inspetor de Manutenção com base em quantidades de horas prováveis de tempo que levariam para cumprir determinado trabalho.

10.3. Tal dimensionamento visa tornar o custo da manutenção do SMA mais econômico para a Administração, uma vez que é um sistema projetado para ter a operação mais simples possível, necessitando apenas um mínimo de cuidados e manutenção de rotina. Assim cada demanda será atendida apenas se necessária e de acordo com o plano de manutenção básico do equipamento.

10.4. Buscando a economicidade, os treinamentos teórico e prático serão realizados nas instalações da contratante (Aeroporto Juscelino Kubitscheck, Setor de Hangares, Hangar 13/14, Brasília-DF, Comando de Aviação Operacional da Polícia Federal), assim como as aeronaves utilizadas serão as pertencentes à Polícia Federal. Para tanto, deverá ser acordado entre as partes a disponibilidade de aeronaves e servidores. A parte estritamente teórica poderá ser disponibilizada via plataforma web (internet) ou qualquer outro meio similar.

10.5. A periodicidade e formatação das turmas serão organizadas de acordo com a disponibilidade de servidores do Órgão e o melhor momento para realização do treinamento, o que será previamente agendado com a CONTRATADA. No entanto, inicialmente, estima-se o deslocamento da CONTRATADA de 02 vezes ano ano com até 15 dias para cada treinamento.

10.5.1. Para Assistência Técnica e Manutenção Preventiva periódica a quantidade estimada de deslocamentos da CONTRATADA foi em 06 vezes ao ano e, havendo necessidade de hospedagem, considerou-se um mínimo de 03 dias para cada visita, contando o deslocamento e o serviço efetivamente realizado.

10.5.2. Para Manutenção Corretiva não há como estimar a quantidade de deslocamentos e necessidade de hospedagem, haja vista o seu caráter imprevisível.

10.5.3. Toda e qualquer intervenção de manutenção decorrente da execução do contrato, somente ocorrerá após a apresentação da Solicitação de Serviço, definida no Anexo III, seguindo os trâmites administrativos discriminados neste Termo de Referência.

10.6. **SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO - MANUTENÇÃO PROGRAMADA**

10.6.1. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS preveem pagamentos conforme a demanda das inspeções de acordo com a TABELA DE EVENTOS (Anexo IV) desse termo de referência (TR).

10.6.2. As inspeções programadas de acordo com a Tabela de Manutenções tem como quantitativo o estabelecido em estudo preliminar, contudo há variação de homem/hora a depender da empresa para cada serviço, reforçando que as autorizações das ordens de serviços e pagamentos serão efetuados conforme propostas previamente apresentadas.

10.6.3. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS a serem prestadas diretamente pela CONTRATADA, serão remuneradas na forma de Homem/Hora, que é a unidade padrão adotada pelo mercado para cobrança de serviços de manutenção aeronáutica.

10.6.4. O valor do homem/hora que será cobrado da CONTRATANTE será o mesmo dos Serviços eventuais de Manutenção (item 2 da tabela do objeto desse TR).

10.6.5. Todos os procedimentos e despesas relativas ao traslado do SMA e qualquer de seus equipamentos são de responsabilidade da CONTRATANTE.

10.6.6. A CONTRATANTE informará os dados do item anterior à CONTRATADA, antes do início da execução de qualquer serviço no CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA.

10.7. **SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO-PROGRAMADAS**

10.7.1. São os serviços prestados diretamente pela CONTRATADA, medidos na forma de Homem-Hora trabalhado, os quais serão objeto de disputa no certame. Estima-se a quantidade de 100 (cem) Homens-hora para atender à estas manutenções extraordinárias, ou seja, aquelas em que não é possível determinar quantidade e periodicidade.

10.7.2. Os serviços eventuais de manutenção, aqueles imprevisíveis quanto ao momento de sua necessidade e, devido às suas peculiaridades, estão descritos no Modelo de Execução do Objeto deste Termo de Referência. Em razão do seu caráter ocasional, estes serviços não serão suportados pelos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO e serão pagos por EVENTO e sob demanda.

10.7.3. Os SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, a serem prestados diretamente pela CONTRATADA, serão remunerados na forma de Homem/Hora, que é a unidade padrão adotada pelo mercado para cobrança de serviços de manutenção aeronáutica;

10.7.4. Tendo em vista o caráter eventual dos serviços não programados, sua execução deverá ser precedida de expressa autorização da CONTRATANTE, após análise do SMAN/CAV/DIREX/PF, emitida em orçamentos próprios.

10.7.5. Todos os orçamentos de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO deverão expor em campo apropriado as quantidades de HOMEM/HORA utilizados na execução manutentiva.

10.7.6. Considerar-se-ão Manutenções não Programadas aquelas sem intervalos definidos e realizada para a correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito no EQUIPAMENTO, em um de seus sistemas ou componentes, de acordo com as publicações técnicas ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE do EQUIPAMENTO. Limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção (“COM”). A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

10.7.7. A CONTRATANTE deverá ser responsável por informar a CONTRATADA sobre a necessidade de execução de um serviço de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA.

10.8. **SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO**

10.8.1. Já devidamente detalhado no item 8.1.7 e seus subitens.

10.9. **FORNECIMENTO DE MATERIAIS**

10.9.1. O valor dos materiais aeronáuticos terá como referência as listas de preços (*price list*) do respectivo FABRICANTE disponíveis para consulta no endereço eletrônico do portal do fabricante. Poderá esse valor ser reduzido a partir de descontos oferecidos sobre os preços do FABRICANTE ou acrescido do percentual de TAXA ADMINISTRATIVA estabelecido pela CONTRATADA no momento da proposta, conforme já discriminado no objeto.

10.9.2. Caso a licitante ofereça valor menor que R\$ 200.000,00 (valor reservado para a despesa) no subitem 3, subentende-se que a licitante está abrindo mão de quaisquer TAXAS ADMINISTRATIVAS para a plenitude do fornecimento dos materiais aeronáuticos e ofertando desconto no valor do preço (*price list*), proporcional à diferença do lance em relação ao valor fixado pela administração. Por exemplo: caso a licitante ofereça o lance de R\$ 180.000,00 para o subitem 3, subentende-se que abriu mão da TAXA ADMINISTRATIVA e sobre o valor do price list será descontado o valor de 10% em relação ao material adquirido.

10.9.3. As TAXAS ADMINISTRATIVAS a que se refere o item anterior deverão ser apresentados separadamente, uma para aquisições no mercado nacional e outra para aquisições no mercado internacional.

10.9.4. Para faturamento dos materiais aeronáuticos, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

10.9.5. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

- 10.9.6. Qualquer alteração superveniente na lista de preços (price list) do FABRICANTE, que venha a ocorrer durante a vigência do contrato, deverá ser prévia e formalmente comunicada à CONTRATANTE, sob pena de não produzir efeito em relação às solicitações posteriores.
- 10.9.7. No fornecimento de materiais à base de EXCHANGE, o procedimento será o mesmo adotado para os demais materiais, considerando-se a avaliação – economicidade – para a base de troca no mercado.
- 10.9.8. A ocorrência do ADDITIONAL BILLING será admitida mediante comprovação por meio de laudo técnico de responsabilidade da CONTRATADA, a ser submetida à avaliação da CONTRATANTE.
- 10.9.9. Para faturamento dos materiais, caso estes sejam de origem estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.
- 10.9.10. Não estão inclusos neste Item os materiais CONSUMÍVEIS, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos serviços de manutenção. Como exemplo: Graxas, spray limpa contato, arame de freio, panos de limpeza e outros.
- 10.9.11. A Contratada deverá prover os meios necessários para que o prazo de desembaraço alfandegário não ultrapasse 15 dias.
- 10.9.12. Esse prazo poderá flexibilizado eventualmente em caso devidamente justificados pela contratada com a anuência da CONTRATANTE.
- 10.9.13. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido no Item 10.9.11. serão aplicadas sanções estabelecidas nesse Termo de Referência, em especial em indisponibilidade sem prejuízo aos demais penalidades aplicáveis.

10.10. **RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM MECÂNICO EM VIAGEM**

- 10.10.1. Caso haja necessidade de envio de funcionário da Contratada, em comum acordo, deverão ser priorizados aproveitamentos em voos das aeronaves da CONTRATANTE. Caso não seja possível o aproveitamento, os valores referentes ao transporte do mecânico terão como base as tarifas em classe econômica (maior desconto) da aviação comercial vigentes na data da solicitação.
- 10.10.2. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos técnicos e/ou inspetores da CONTRATADA sempre que estiverem executando os serviços descritos no SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES PROGRAMADAS ou SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO e MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS quando realizados em local diverso do CENTRO DE SERVIÇOS DA CONTRATADA.
- 10.10.3. Também estarão inclusos no ressarcimento as despesas decorrentes dos deslocamentos de técnicos da CONTRATADA que venham a realizar serviços na sede da CONTRATANTE em Brasília DF.
- 10.10.4. A Contratada deverá apresentar três orçamentos, emitidos por Empresas Aéreas, decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos técnicos, os quais deverão passar pela aprovação do fiscal do contrato.
- 10.10.5. Adota-se, como limite máximo para o ressarcimento da hospedagem do mecânico da CONTRATADA, o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, pela localidade de pernoite, referentes aos cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme o Decreto nº 5992/2006. Não haverá competição nesse item, devendo as empresas lançarem o valor já fixado.
- 10.10.6. As despesas de deslocamento (táxi, transfer, ônibus) será pago pela CONTRATANTE.

- 10.10.7. No caso de acionamento, as despesas referentes a passagem aérea ou terrestre serão de responsabilidade da CONTRATANTE, devendo ser faturado neste item.
- 10.10.8. Despesas com taxi/aplicativo de transporte estão limitadas ao valor estabelecido para o servidor público civil da União, como Adicional de Embarque e Desembarque, referentes aos cargos de nível intermediário e auxiliar, conforme o Decreto nº 5992/2006.
- 10.10.9. Serão ressarcidas somente as despesas devidamente comprovadas até o limite estabelecido no item anterior.
- 10.10.10. Não são de responsabilidade da CONTRATANTE as demais despesas decorrentes do deslocamento do técnico da CONTRATADA, tais como: excesso de bagagem, seguro de viagem, despesas com vestuários, medicamentos e outras afins.
- 10.10.11. Não haverá competição nesse item, devendo as empresas lançarem o valor já fixado.

10.11. **DAS TAXAS ADMINISTRATIVAS**

10.12. A taxa de administração é medida compreendida na área negocial dos interessados, a qual fomenta a competitividade entre as empresas que atuam nesse mercado, em benefício da obtenção da melhor proposta pela Administração Pública, expressa geralmente por um índice percentual, configura-se como toda e qualquer vantagem ou utilidade que se possa auferir da execução de um contrato. Nada mais é do que o percentual relativo à remuneração da empresa que fornece os serviços de mão de obra terceirizada. É o instituto jurídico que viabiliza as terceirizações para prestação e continuidade plenos dos serviços públicos, para que se atenda ao princípio da eficiência.

10.13. A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO no presente Termo de Referência vai basicamente incidir apenas sobre AQUISIÇÃO DE MATERIAIS e SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO, distinguindo-se quanto a sua origem nacional ou estrangeira, conforme já explicitado os motivos e características de cada um nos tópicos acima.

10.14. No caso de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, o valor terá como referência as listas de preços (*price list*) do respectivo FABRICANTE podendo esse valor ser reduzido a partir de descontos oferecidos sobre os preços do FABRICANTE ou acrescido do percentual de TAXA ADMINISTRATIVA estabelecido pela CONTRATADA no momento da proposta, conforme já discriminado no objeto.

10.15. Para os SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS, executados no Brasil ou no Exterior, os custos relativos ao frete, armazenagem e logísticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar a manutenção ou envio do equipamento, serão repassados a CONTRATANTE e constarão das faturas separadas, que também deverá trazer anexo os comprovantes das referidas despesas e não integrarão a Taxa Administrativa.

10.16. **Assim, a taxa administrativa deverá incidir da seguinte forma:**

10.17. Serviços EVENTUAIS executados no exterior deverá contemplar:

- a) Tributos;
- b) lucro da empresa.

10.17.1. Serviços EVENTUAIS executados no Brasil deverá contemplar:

- a) Tributos;

b) lucro da empresa.

10.17.2. Fornecimento de Componentes Importados deverá contemplar:

- a) Tributos;
- b) fretes;
- c) custos de armazenagem;
- d) outros custos logísticos; e
- e) lucro.

10.17.3. Fornecimento de Componentes Nacionais deverá contemplar:

- a) Tributos;
- b) fretes;
- c) custos de armazenagem;
- d) outros custos logísticos; e
- e) lucro.

11. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

- 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. *Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto observando os limites máximo de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

13.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação, que no caso em questão corresponde aos SERVIÇOS ORDINÁRIOS E EXTRAORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO, exceto revisão gerais de componentes.

13.3. Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a CONTRATADA não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC, até o limite de disponibilidade financeira.

13.4. Será permitida subcontratação de TREINAMENTO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO BÁSICA;

13.5. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

13.7. Antes de efetuar subcontratação de terceiros, no Brasil ou no Exterior, a CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto, apresentando, no ato, orçamento do serviço a ser subcontratado e documentação que comprove os requisitos citados.

13.8. Antes de autorizar a subcontratação, a CONTRATANTE realizará, em sendo possível, pesquisa de mercado com fornecedores distintos para que se possa avaliar a economicidade da subcontratação.

13.9. A CONTRATANTE recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

13.10. Poderá ser dispensada a apresentação de mais de um orçamento quando este vier acompanhado de atestado de exclusividade. Os custos referentes, ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros e seguro de materiais aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE e constarão da fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas.

13.11. Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

13.12. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio Referência, a CONTRATADA deverá apresentar previamente 03 (três) orçamentos referentes ao serviço. Na hipótese da impossibilidade do fornecimento do constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

13.13. A CONTRATANTE não aceitará orçamentos em que forem verificados, mediante pesquisa de preços, valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

13.14. A CONTRATADA poderá cobrar TAXA ADMINISTRATIVA referente ao serviço prestado por terceiros, conforme apresentado na proposta comercial vencedora da licitação, devendo ser objeto de negociação antes da assinatura do contrato.

13.15. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE quaisquer garantias remanescentes dos serviços subcontratados e materiais aplicados nestes serviços.

13.16. Os serviços subcontratados deverão ser prestados por empresa homologada pela autoridade aeronáutica para os serviços, de forma a garantir sua qualidade.

13.17. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

13.17.1. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme previsto ao final deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. *A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 16.3.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até *5(cinco) dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2. No prazo de até 20 (*vinete*) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até 20 (*vinete*) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. o prazo de validade;
 - 18.5.2. a data da emissão;
 - 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 18.5.4. o período de prestação de serviços;
 - 18.5.5. o valor a pagar; e
 - 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante
- 18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos
- 18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.5. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.6. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.7. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.8. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.9. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.10. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

- 20.15. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 20.16. Será considerada extinta a garantia:
- 20.16.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 20.16.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 20.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 20.18. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
 - e) cometer fraude fiscal.
- 21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- I - **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- II - **Multa de:**
- 1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - 5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo	03

	órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.4. Expediente que comprove que a CONTRATADA está apta a fazer a manutenção do SMA de acordo com os manuais dos fabricantes.
- 22.5. A CONTRATADA deverá ainda provar cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de produtos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços descritos na Cláusula Primeira deste Termo de Referência, composta de, no mínimo:

a.1) Engenheiro aeronáutico, ou um engenheiro mecânico, reconhecido pelo CREA para atuar na função de responsável técnico pela qualidade dos serviços de manutenção;

a.2) 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo aviônicos (AVI).

22.6. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, devendo a empresa vencedora do certame comprovar tal fato no momento da assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

22.7. A comprovação empregatícia, do item acima, far-se-á por meio de cópia autenticada da carteira profissional, contrato de trabalho devidamente registrado ou de outros meios juridicamente válidos para a demonstração de que possuem vínculo com a sociedade empresarial.

22.8. **Até a data e o horário limites para a apresentação dos documentos de habilitação, a serem definidos em Edital, as licitantes deverão apresentar a seguinte documentação, por meio de inserção em sistema de arquivos digitais:**

22.9. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada;

22.10. Documento que comprove estarem devidamente homologadas pela Autoridade Aeronáutica Brasileira, e possuírem Certificado de Organização de Manutenção nos termos do RBAC 145 na Categoria Célula, Classe 4 (aviões fabricados em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado acima de 5670 kgf) e/ou Categoria Serviços Especializados, Classe Única, desde que possua em sua Lista de Capacidades ou Especificação Operativa as premissas necessárias para realizar manutenção de Sistema de Imageamento Aerotransportado, de acordo com o ICA/IAC (Instruções para a Aeronavegabilidade Continuada).

22.11. As empresas deverão apresentar, junto com a sua habilitação, um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome e no CNPJ do licitante, para o qual tenha executado ou esteja executando serviços compatíveis com os serviços objeto da presente licitação, sejam de manutenção ou que já tenha instalado e certificado um sistema de imageamento aerotransportado.

22.11.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

22.12. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.13. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

- 22.14. Valor Global: **R\$ 885.246,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e quarenta e seis reais).**
- 22.15. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 22.16. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 23.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 885.246,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil duzentos e quarenta e seis reais).**
24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 24.1. Os recursos orçamentários serão aqueles apontados em rubricas destinadas à UASG 200334 - COAD/DLOG/PF.

Brasília/DF, 31 de maio de 2022.

DOUGLAS RUAN CAMBRAIA DE ALENCAR

Agente de Polícia Federal
Integrante Técnico
CAV/DIREX/PF

FABIO LUIS BRAGA BAGUEIRA LEAL

Agente de Polícia Federal
Integrante Técnico
CAV/DIREX/PF

LUIZ FERNANDO SANTOS CHAVES VIEIRA

SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF
Integrante Administrativo

Aprovo o presente Termo de Referência:

WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA

Delegado de Polícia Federal
Coordenador de Aviação

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou critérios que norteiam a Administração Pública. Constatam, plenamente justificados, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais à sua consecução, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

SANDRO TORRES AVELAR

Delegado de Polícia Federal

Diretor Executivo

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a eficiência e a efetividade do serviço a ser prestado
Meta a cumprir	Prestar o serviço de manutenção do Sistema de Missão Aerotransportado, conforme regramentos descritos aos anexos correspondentes a cada item do Tópico I do presente instrumento
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (solicitação via e-mail ou telefone)
Forma de acompanhamento	Presencial, a critério da administração
Periodicidade	Diário, semanal, ou mensal, a depender da necessidade
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente por unidade de atendimento
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixa de ajuste no pagamento	Faixa 1: de 0 a 2 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura; Faixa 2: de 3 a 4 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura; Faixa 3: de 5 a 6 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura; Faixa 4: de 7 a 8 ocorrências = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura; Faixa 5: 9 ou mais ocorrências = 80% da meta = recebimento de 80% da fatura.
Sanções	Poderão ensejar rescisão contratual, a exclusivo critério da CONTRATANTE, as seguintes situações, sem prejuízo dos ajustes de pagamentos ou sanções previstas: a) a existência de 9 (nove) ou mais ocorrências em um único mês; b) a existência de 5 a 6 ocorrências mensais por seis vezes.
Observações	

TABELA I - FATORES DE AVALIAÇÃO PARA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS NO MÊS
1	Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados e não corrigi-los no prazo determinado pelo RESPONSÁVEL. (Por serviço inadequado).	
2	Não executar o serviço no prazo estabelecido ou em prazo razoável a depender da situação de exceção no momento.	
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal. (Por serviço não executado ou abandonado).	
4	Negligência na execução dos serviços, assim entendidos ausências de responsável para execução do serviço, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas. (Por ocorrência).	
5	Não fornecer no prazo equipamento, EPI, para a realização do serviço ou não substituir quando necessário. (por serviço)	
6	Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências do responsável pelo serviço por absenteísmo. (Por unidade do serviço)	
7	Deixar de encaminhar à CONTRATANTE, ao fim do mês de prestação dos serviços, a documentação necessária para o pagamento e comprovação do serviço prestado.	
8	Deixar de atender às notificações da contratante no prazo estabelecido, incluindo-se neste caso a disponibilidade do preposto. (Por serviço solicitado).	
9	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.	

ANEXO I - DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ACIDENTE AERONÁUTICO é toda ocorrência relacionada com a operação das AERONAVES, havida entre o período em que uma pessoa nela embarca com intenção de realizar um voo, até o momento que todas as pessoas tenham dela desembarcado, e durante o qual, pelo menos uma das situações seguintes ocorra: (i) qualquer pessoa sofra lesão ou morra como resultado de estar nas AERONAVES, em contato direto com qualquer uma de suas partes, incluindo aquelas que dela tenham se desprendido, ou submetida à exposição direta do sopro da hélice, rotor ou escapamento de jato, ou às suas consequências. Exceção é feita quando as lesões resultem de causas naturais, forem auto ou por terceiros infligidas, ou forem causadas a pessoas que embarcaram clandestinamente e se acomodaram em área que não as destinadas aos passageiros e tripulantes; (ii) as AERONAVES sofram falhas ou dano estrutural que afetem adversamente a resistência estrutural, o seu desempenho ou as suas características de voo; exija a substituição de grandes componentes ou a realização de grandes reparos no componente afetado. Exceção é feita para falha ou danos limitados ao motor, suas carenagens ou acessórios; ou para danos limitados a hélices, pontas de asa, antenas, pneus, freios, carenagens do trem, amassamentos leves e pequenas perfurações no revestimento das AERONAVES; (iii) as AERONAVES sejam consideradas desaparecidas ou o local onde se encontrem seja absolutamente inacessível.

ADDITIONAL BILLING é o custo adicional cobrado sobre o valor básico do EXCHANGE para compensar o FORNECEDOR nos casos em que o gasto para recuperação ou substituição do COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO for excessivamente oneroso ou antieconômico.

ANAC é Agência Nacional de Aviação Civil.

APOIO OPERACIONAL é o serviço a ser prestado pela CONTRATADA, através de seus REPRESENTANTES, no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE ou em qualquer outro local, desde que previsto neste TERMO DE REFERÊNCIA.

AUTORIDADE AERONÁUTICA é a Autoridade da Aviação Civil (ANAC ou CTA) no Brasil responsável pela administração da aviação civil.

BOLETIM DE SERVIÇO é o documento emitido pelo fabricante para notificar as modificações recomendadas, substituição de peças, verificações/inspeções especiais, redução dos limites de vida existentes ou estabelecimento inicial de tempo de vida e conversão de um modelo para outro.

CAV é o Comando de A viação da DIREX/PF .

CENTRO DE SERVIÇOS é a oficina ou outra instalação física da CONTRATADA, homologada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA, de acordo com as normas aeronáuticas vigentes, e equipada com todo ferramental necessário, onde serão realizados os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO preventiva e corretiva na AERONAVE e seus COMPONENTES que, por sua natureza, complexidade, necessidade de equipamentos especiais ou ainda por determinação da AUTORIDADE AERONÁUTICA, não puderem ser efetuados pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL.

COMPONENTE é toda e qualquer peça, combinação de peças, subjunção ou unidades, inclusive de motores, que exercem uma função distinta, necessária para a operação de um ou mais sistemas da AERONAVE e para os quais existe procedimento de reparo economicamente viável. Todo COMPONENTE a ser utilizado neste programa deverá possuir a DOCUMENTAÇÃO aplicável.

COMPONENTE EM CONDIÇÃO DE USO é o COMPONENTE, novo ou usado, em condição aeronavegável, pronto para instalação na AERONAVE.

COMPONENTE SEM CONDIÇÃO DE USO é um COMPONENTE que se tornou sem condição de uso ou que precisa ser retirado da AERONAVE para conserto, revisão ou descarte, dependendo do caso.

CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (AERONAVEGABILIDADE) é o estado obrigatório de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para manter a AERONAVE em operação normal de voo, exceto se de outra forma especificado neste TERMO DE REFERÊNCIA. A responsabilidade da CONTRATADA em manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE da AERONAVE se restringe à prestação dos SERVIÇOS mencionados neste TERMO DE REFERÊNCIA, de acordo com o escopo dos mesmos.

CONSUMÍVEIS são os itens de consumo, necessários para as atividades da equipe técnica quando da realização dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, mas que não sejam componentes controlados de aplicação na aeronave nem óleos lubrificantes, tais como: graxas, spray de limpa contatos, arames de freio, panos de limpeza e outros.

CONTRATADA é a pessoa jurídica com a qual será celebrado o futuro Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção, elaborado com base no presente TERMO DE REFERÊNCIA, observado o devido processo licitatório.

CONTRATANTE é a Polícia Federal, cuja sede está situada no SAS Quadra 6, Lotes 9/10, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 00.394.494/0014-50, Brasília – DF, CEP 70037-900;

CONTRATO significa o contrato a ser firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA após o processo licitatório;

CTM significa Controle Técnico de Manutenção e engloba as atividades descritas neste Termo de Referência;

CUSTOS FIXOS: São as contrapartidas a serem cobradas da CONTRATANTE pela prestação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO;

DATA LIMITE significa a data limite, a ser definida e informada pela CONTRATADA, para início da execução de um determinado WORKSCOPE na AERONAVE, seja ele em virtude do cumprimento do PLANO DE MANUTENÇÃO da AERONAVE, seja em razão do vencimento de uma tarefa de MANUTENÇÃO PROGRAMADA ou de uma tarefa de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA (prevista no MANUAL DE MANUTENÇÃO da AERONAVE ou conforme instrução do FABRICANTE). Se, por falha de procedimento da CONTRATADA ocorrer o vencimento de qualquer manutenção que somente possa ser realizada no CENTRO DE SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.

DESCARTÁVEIS são os itens que não são passíveis de reparo.

DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE (“DA” ou “AD”) é a publicação da AUTORIDADE AERONÁUTICA que notifica os proprietários ou operadores de aeronaves, bem como autoridades de homologação estrangeiras e outras pessoas interessadas, sobre de condições inseguras que existem ou podem se desenvolver em um determinado tipo de aeronave, bem como descreve e impõe as ações corretivas cabíveis para permitir a continuação da operação daquela aeronave.

DIREX é a Diretoria Executiva da PF .

DOCUMENTAÇÃO é todo e qualquer documento exigido pelo Fabricante ou pela Autoridade Aeronáutica para operação e manutenção da Aeronave e/ou Componentes, incluindo etiqueta de utilização de Componentes, formulário SEGVOO 003, certificado de conformidade, documentos pertencentes aos sistemas principais das Aeronaves, certificado de aeronavegabilidade, certificado de registro, registro de manutenção incorporados no logbook da Aeronave e seus motores e as etiquetas associadas aos Componentes, indicando a idade da Aeronave e dos Componentes, as FH's e os FCs desde o primeiro voo da Aeronave e/ou Componentes, bem como histórico de dados de tempo decorrido e o histórico de dados ou peças com tempo de reparo atingido, sempre que aplicável.

DOCUMENTAÇÃO DA AERONAVE é todo histórico de manutenção registrado no livro de registro da AERONAVE e dos principais sistemas.

DOU é Diário Oficial da União.

ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE significa a sede da CONTRATANTE localizada no aeroporto internacional de Brasília setor de hangares da aviação geral, lotes 13/14, Brasília, DF, CEP 71608-900.

EVENTOS são os serviços enumerados na Cláusula pertinente, que não integram os SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO e poderão ser contratados à parte e prestados diretamente pela CONTRATADA ou por ela subcontratados ou contratados com terceiros pela CONTRATANTE, mediante processo específico.

FABRICANTE significa o fabricante da AERONAVE.

FORNECEDOR é o fabricante ou fornecedor de COMPONENTES aplicáveis aos serviços descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA

INCIDENTE AERONÁUTICO é toda ocorrência, inclusive de tráfego aéreo, associada à operação da AERONAVE, que não chegue a caracterizar como um acidente, mas que afete ou possa afetar a segurança da operação.

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE: O índice de disponibilidade, referente aos dias em que cada aeronave estiver disponível para o voo, é critério usual do mercado aeronáutico, servindo para medir a qualidade dos serviços prestados;

MANUAL DE MANUTENÇÃO significa o conjunto dos seguintes documentos desenvolvidos pela Fabricante e aprovados pela Autoridade Aeronáutica: (i) o atual Documento de Requerimentos de Manutenção Programada (SMRD) e (ii) o manual da manutenção da Aeronave (AMM) que traz as recomendações de como executar as tarefas de manutenção.

MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA significa a manutenção que não tem intervalos definidos e é realizada para correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na AERONAVE ou em um de seus sistemas ou COMPONENTES, de acordo com o FIM, o MANUAL DE MANUTENÇÃO ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE da AERONAVE ou de um de seus sistemas. As atividades de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA a serem realizadas pela CONTRATADA limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção (“COM”). A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de MANUTENÇÃO NÃO-PROGRAMADA, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

MANUTENÇÃO PROGRAMADA significa a manutenção realizada em intervalos definidos para manutenção da AERONAVE segundo recomendações do FABRICANTE, através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de COMPONENTES ou itens CONSUMÍVEIS ou DESCARTÁVEIS, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas pelo MANUAL DE MANUTENÇÃO, incluindo, para fins deste TERMO DE REFERÊNCIA, a realização das IAMS.

OFICINA TERCEIRIZADA significa a oficina aeronáutica, homologada e certificada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para executar serviços que a CONTRATADA possa subcontratar.

OFÍCIO significa o documento a ser emitido pela CONTRATANTE para circulação com qualquer COMPONENTE que for enviado pela CONTRATANTE à CONTRATADA para SUBSTITUIÇÃO EM GARANTIA.

OPERADOR é a própria CONTRATANTE ou outro que ela venha a especificar, responsável pela operação da AERONAVE.

PARTES são a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

PF é a Polícia Federal.

PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE é o plano de manutenção da AERONAVE definido pelo FABRICANTE com as revisões aplicáveis que mencionam as tarefas e intervalos definidos para a manutenção da AERONAVE para se alcançar as CONDIÇÕES DE AERONAVEGABILIDADE.

POR EVENTO é a modalidade de contratação dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO descritos no item pertinente deste TERMO DE REFERÊNCIA, podendo ser contratados à parte e prestados diretamente pela CONTRATADA ou por empresa por ela subcontratada

RBAC é Regulamento Brasileiro de A viação Civil;

RBHA é Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica;

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO são as inspeções, pesquisa de pane, revisão, reparo, os trabalhos gerais de manutenção que devem ser providenciados pela CONTRATADA para a CONTRATANTE na AERONAVE e em seus COMPONENTES, conforme o PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE.

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO compreendem serviços relacionados aos SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO e os SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO.

SUBCONTRATAÇÃO é a contratação de outras pessoas ou empresas pela CONTRATADA para atendimento a pontos específicos deste TERMO DE REFERÊNCIA, dentro dos limites estabelecidos pela CONTRATANTE.

TBO (“Time Between Overhaul”) é o número de HORAS DE VOO que podem ser realizadas por um componente entre cada revisão geral de manutenção.

TSN (“Time Since New”) é o número de HORAS DE VOO de um componente, acumuladas desde a sua fabricação.

TSO (“Time Since Overhauled”) é o número de HORAS DE VOO de um componente desde a sua última revisão geral de manutenção.

VISTORIA PRÉVIA significa a vistoria da AERONAVE a ser realizada pelas empresas interessadas em participar do certame licitatório para verificação do estado da AERONAVE antes da entrega de suas propostas de preço.

WORKSCOPE significa escopo de trabalho, que é a relação dos SERVIÇOS de MANUTENÇÃO apontados pela CONTRATADA como sendo os necessários e/ou obrigatórios para uma determinada parada de MANUTENÇÃO PROGRAMADA ou MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA. A CONTRATADA deverá sempre informar a CONTRATANTE com antecedência a DATA LIMITE para início de um WORKSCOPE, sendo a CONTRATANTE responsável, sob pena da AERONAVE ficarem não aeronavegáveis, pelo traslado da AERONAVE até o CENTRO de SERVIÇO ou disponibilização da mesma aos técnicos do APOIO OPERACIONAL da CONTRATANTE até tal DATA LIMITE.

ANEXO II - MODELO DE PLANILHA PARA CONFEÇÃO DE TAXA ADMINISTRATIVAS

Deverão ser preenchidas no momento de apresentação das propostas quatro planilhas de TAXAS ADMINISTRATIVAS:

- a) TAXA ADMINISTRATIVA para Serviços Subcontratados nacional;
- b) TAXAS ADMINISTRATIVA para Serviços subcontratados no exterior;
- c) TAXA ADMINISTRATIVA para fornecimento de componente, consumíveis e descartáveis nacionais; e
- d) TAXA ADMINISTRATIVA para fornecimento de componente, consumíveis e descartáveis internacionais.

OBS: As licitantes poderão incluir linhas adicionais nas planilhas caso entendam necessárias

TX ADM - SERVIÇOS SUBCONTRATADOS NACIONAIS
--

DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Tributos	
<i>ISS</i>	
<i>PIS</i>	
<i>COFINS</i>	
<i>etc</i>	
LUCRO	
TOTAL	

TX ADM - SERVIÇOS SUBCONTRATADOS NO EXTERIOR	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Tributos	
<i>ISS</i>	
<i>PIS</i>	
<i>COFINS</i>	
<i>etc</i>	
LUCRO	
TOTAL	

TX ADM - FORNECIMENTO DE COMPONENTES NACIONAIS	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Administração Central	
Despesas Financeiras	
Seguros, Riscos e Garantias	
<i>Seguros</i>	
<i>Riscos</i>	
<i>Garantias</i>	
<i>etc</i>	
Tributos	
<i>ISS</i>	
<i>PIS</i>	

<i>COFINS</i>	
<i>etc</i>	
LUCRO	
TOTAL	

TX ADM - FORNECIMENTO DE COMPONENTES INTERNACIONAIS	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
Administração Central	
Despesas Financeiras	
Seguros, Riscos e Garantias	
<i>Seguros</i>	
<i>Riscos</i>	
<i>Garantias</i>	
<i>etc</i>	
Tributos	
<i>ISS</i>	
<i>PIS</i>	
<i>COFINS</i>	
<i>etc</i>	
LUCRO	
TOTAL	

ANEXO III - MODELO DE FORMULÁRIO UTILIZADO PELO SMAN/CAV/DIREX/PF

SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO/MATERIAL	
Nº NN/ANO	DATA: DD/MM/AAA
AERONAVE	
() PR-BSI	() PR-HFA
CONTRATO Nº XX/201X - COAD/DLOG/PF	
EMPRESA CONTRATADA:	
TIPO DE SERVIÇO	
LOCAL:	DATA PREVISTA:

- () INSPEÇÃO
 () MANUTENÇÃO CORRETIVA
 () FORNECIMENTO DE COMPONENTE
 () REVISÃO DE COMPONENTE
 () PEDIDO DE ORÇAMENTO MATERIAL/SERVIÇO
 () OUTROS

Serviço de Manutenção

RECEBIDO POR:

DATA:

ANEXO IV - PLANILHA DE EVENTOS E HOMEM/HORA PARA EXECUÇÃO DAS MANUTENÇÕES PROGRAMADAS

TABELA DE MANUTENÇÕES (12 meses)		Hora	Homem	EVENTOS King	EVENTOS Esquilo	TOTAL H/H
1	Inspeção do Dessecante	2	2	12	12	96
2	Substituição do Cartucho Dessecante	1	2	6	6	24
3	Purga do Nitrogênio	2	2	12	12	96
4	Inspeção Visual do Sistema	3	2	2	2	24
5	Inspeção Visual de 500 horas	3	2	2	2	24
6	Testes de Infiltração de corante ou correntes parasitas a cada 3.000	3	2	1	1	12
7	Limpeza do Sistema	3	2	6	6	72

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro para os devidos fins de apresentação de documentos de habilitação relativos ao Pregão nº ____/201__ COAD/DLOG/PF, que a Empresa _____ vistoriou a aeronave objeto do Termo de Referência, bem como seus documentos de registro e que na ocasião foram sanadas todas as dúvidas de ordem técnica.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__

Chefe do SMAN/CAV/DIREX/PF



Documento assinado eletronicamente por **FABIO LUIS BRAGA BAGUEIRA LEAL, Agente de Polícia Federal**, em 07/06/2022, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS RUAN CAMBRAIA DE ALENCAR, Agente de Polícia Federal**, em 08/06/2022, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA, Coordenador(a)**, em 13/06/2022, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23438389** e o código CRC **04848D0A**.